

PARECER CONTRÁRIO. Durante a sessão, o senador Romero Jucá deu parecer contrário a todas as 178 sugestões de emendas apresentadas em plenário

Senado debate reforma trabalhista



EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Por **Folhapress**
DE SÃO PAULO

O plenário do Senado fez ontem a última sessão de debates sobre o projeto de lei da reforma trabalhista antes da votação, marcada para a próxima terça-feira (11). Durante a sessão, o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), deu parecer contrário a todas as 178 sugestões de emendas apresentadas em

» Rejeição

Ao rejeitar as emendas apresentadas em plenário, Jucá disse que o debate sobre a reforma seria de alto nível

plenário.

Com isso, na terça, não haverá novos debates sobre o projeto, apenas o encaminhamento para votação do texto

principal —que será baseado no relatório de Jucá aprovado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça)— e dos destaques de bancada que forem apresentados. As informações são da Agência Brasil.

Inicialmente, o relator da matéria em plenário indicado pelo presidente Eunício Oliveira (PMDB-CE) foi o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que rela-

» Jucá assumiu a relatoria das emendas em Plenário no lugar de Ricardo Ferraço, que havia sido escolhido pelo presidente Eunício Oliveira, mas estava ausente

tou a proposta na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos). No entanto, com a ausência de Ferraço no Senado hoje para dar parecer sobre as emendas, o presidente em exercício, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), designou Jucá como relator.

Ao rejeitar as emendas, Jucá disse que o debate sobre a reforma

seria de alto nível. “É natural que cada um marque a sua posição, mas tudo foi feito no sentido de que a gente possa colocar cada um a sua ideia e que possa prevalecer a vontade da maioria”, disse.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que teve o voto em separado aprovado na CAS (Comissão de Assuntos Sociais), criticou

a rejeição das emendas e pediu aos colegas que avaliem as possíveis mudanças ao texto durante a votação dos destaques. “Que a gente vote, cada um com a sua consciência, no projeto principal e que, nos destaques, a gente construa o acordo que for possível, porque assim é a vida, assim é a democracia e assim é a política”, disse.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 07/07/2017

Em primeiro ato como presidente, Eunício sanciona lei dos precatórios

O presidente da República em exercício, Eunício Oliveira (PMDB-CE), sancionou nesta quinta-feira (6) um projeto de lei que permitirá a injeção imediata de R\$ 8,6 bilhões na economia, por meio do saque de precatórios. Este foi seu primeiro ato como presidente em exercício. Eunício, que preside o Senado, assumiu o cargo nesta quinta devido à ausência do presidente Michel Temer, que viajou para o encontro do G-20, na Alemanha, e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em missão na Argentina. A sanção do texto foi acordada esta semana entre Temer e Eunício. O projeto, aprovado pelo Senado Federal na quarta-feira (5), trata da incorporação da verba destinada ao pagamento de precatórios não sacados por dois anos. Precatórios são dívidas decorrentes de decisões judiciais. A incorporação automática dos recursos à receita do governo ocorre num momento em que o Palácio do Planalto se esforça para cumprir gastos que estão sem orçamento e, ainda assim, não exceder a meta fiscal prevista para o ano, de déficit de R\$ 139 bilhões. Esses recursos são a principal aposta do governo para obter receitas extraordinárias no curto prazo e desbloquear parte do Orçamento na revisão orçamentária que será divulgada no fim deste mês. O projeto permite que o governo incorpore às suas receitas os valores de precatórios vencidos há mais de dois anos e que não foram sacados por seus beneficiários. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), que relatou o projeto, esclareceu que, embora o governo esteja incorporando esses recursos à sua receita, o dinheiro será devolvido aos beneficiários assim que houver a solicitação.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 07/07/2017

CPI da Previdência fará audiência com representantes de trabalhadores rurais

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que analisa as contas da Previdência Social fará uma audiência pública interativa na próxima segunda-feira (10), às 14h30. Foram convidados representantes dos trabalhadores do setor agrícola e de reciclagem, dando prosseguimento ao ciclo de audiências públicas que debatem a reforma da Previdência. A CPI, solicitada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), foi instalada no final de abril para averiguar as dívidas de grandes empresas com a Previdência, a sonegação e a concessão de anistias, desonerações e desvinculações tributárias que teriam provocado o desabastecimento do caixa do setor nos últimos anos, além de discutir e analisar assuntos em torno da proposta de reforma da Previdência (PEC 287/2016).

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 07/07/2017

Crise política freia fusões e aquisições de empresas

As incertezas sobre o futuro do governo Michel Temer, que mergulhou numa crise profunda com as acusações do empresário Joesley Batista, frearam o movimento de fusões e aquisições de empresas no mercado brasileiro. Dados da agência Bloomberg apontam um segundo trimestre com 37 transações com valores anunciados no país. Um patamar tão ruim não havia sido registrado desde o terceiro trimestre de 2005, quando foram fechados apenas 25 acordos do tipo. Os negócios realizados de abril a junho representaram US\$ 2,9 bilhões, o que também corresponde a um ponto histórico de baixa desde o terceiro trimestre de 2006, que movimentou US\$ 1,68 bilhão. A queda aconteceu no momento em que os negócios se aceleravam, segundo Rogério Gollo, sócio da consultoria PwC. O mês de abril e o início de maio pareciam promissores na comparação com o mesmo período de 2016, quando Dilma Rousseff foi afastada, inflação estava em alta e o país não tinha perspectivas de sair da recessão.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo - 07/07/2017

Congresso vota na quarta-feira verba para passaportes, vetos e LDO

O Congresso Nacional reúne-se na próxima quarta-feira (12), às 19h, para analisar 15 vetos presidenciais que trancam a pauta e, em seguida, dois projetos orçamentários (PLN 01/2017 e PLN 08/2017). A convocação feita pelo presidente do Senado - que preside a Mesa do Congresso - senador Eunício Oliveira, foi lida no Plenário da Câmara nesta quinta-feira (6) pelo quarto suplente da Mesa, deputado Carlos Manato (SD-ES). O PLN 8/2017 foi enviado às pressas ao Congresso pelo governo federal no dia 27 de junho, para reforçar o orçamento da Polícia Federal em R\$ 102,4 milhões e permitir a retomada da emissão de passaportes até o final do ano. O texto recebeu voto favorável do relator, deputado Delegado Francischini (SD-PR), após o governo concordar em retirar os recursos do Tesouro Nacional e não do Ministério da Educação, como previsto inicialmente.

Fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/07/06/congresso-vota-na-quarta-feira-verba-para-passaportes-vetos-e-ldo>

IGP-DI tem deflação de 0,96% em junho

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou deflação (queda de preços) de 0,96% em junho. A deflação registrada em maio foi de 0,51%. A queda de preços acumulada em 2017, até junho, é de 2,58%. Em 12 meses, o IGP-DI acumula deflação de 1,51%, segundo dados divulgados hoje (7) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O aumento do ritmo da queda de preços foi provocado pelos preços no atacado e no varejo. O Índice de Preços ao Produtor Amplo, que mede o atacado, teve deflação de 1,53% em junho, uma queda de preços mais acentuada do que em maio, que havia sido de 1,10%. O Índice de Preços ao Consumidor, que mede o varejo, passou de uma inflação de 0,52% em maio para uma deflação de 0,32% em junho. Por outro lado, o Índice Nacional de Custo da Construção registrou em junho índice de inflação (alta de preços) mais elevado (0,93%) do que no mês anterior, de (0,63%).

Fonte: <http://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2017-07/igp-di-tem-deflacao-de-096-em-junho>